

AMPLIAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR: A VISÃO DAS DIRETORAS**Fabio Brandolin**Instituto Benjamin Constant (IBC) – Brasil
fabiobrandolin@hotmail.com**Antonio Jorge Gonçalves Soares**Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Brasil
ajgsoares@gmail.com**Daniela Patti do Amaral**Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Brasil
danielapatti.ufrj@gmail.com**Introdução do problema**

O presente artigo investiga as percepções de seis diretoras de escolas públicas acerca do Programa Mais Educação (PME). Lançado pelo governo federal, o PME tem o objetivo de induzir estados e municípios no desenvolvimento da ampliação da jornada escolar dos alunos, com os seguintes objetivos: estender a jornada escolar e melhor atender às necessidades de cada aluno; reduzir a reprovação e a distorção idade/série; combater o trabalho infantil, a exploração sexual e outras formas de violência; desenvolver habilidades cognitivas; promover a cultura e a prática esportiva; aproximar famílias, escola e comunidade.

Estruturado dentro de uma proposta intersetorial, com a participação dos ministérios da Educação, Cultura, Desenvolvimento social e combate à fome e do Esporte, as ações do PME são conduzidas e orientadas pelo Ministério da Educação (MEC). Através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) as escolas recebem o dinheiro diretamente em suas contas bancárias, o que possibilita a compra de materiais, equipamentos básicos e o ressarcimento dos voluntários para o desenvolvimento das atividades do PME (BRASIL, 2014).

Diante desta autonomia na organização das atividades e no uso dos recursos, o objetivo desta pesquisa foi investigar como os gestores escolares compreendem, implementam e desenvolvem esta ampliação da jornada escolar.

Importante destacar que as atividades de ampliação da jornada escolar do PME podem ser realizadas através de parcerias com outros espaços diferentes da escola, como praças e quadras públicas, clubes, teatros e outras instituições. Essas atividades são conduzidas por monitores,

voluntários que recebem uma ajuda de custo para ministrarem aulas dentre as diferentes possibilidades temáticas propostas pelo PME¹.

A pesquisa foi conduzida na rede municipal de Petrópolis, município do interior do Estado do Rio de Janeiro. No período das investigações, 82 escolas ofereciam o PME. Dessas 82, foram selecionadas seis escolas a partir do seguinte critério: escolas que ofereciam os dois segmentos do ensino fundamental e que apresentavam alta ou baixa cobertura do PME. Foram escolhidas três escolas que apresentavam alta cobertura (ofereciam o PME para um grande número de alunos a partir do total de matrículas da escola) e três com baixa cobertura (ofereciam o PME para um número menor de alunos a partir do total de matrículas da escola).

Em cada uma das seis escolas foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as diretoras que abordaram os seguintes blocos temáticos: adesão da escola ao PME; seleção, organização e conteúdo das atividades de ampliação da jornada escolar; participação dos alunos; gestão e funcionamento do programa; possíveis dificuldades para o desenvolvimento do programa.

Desenvolvimento

As escolas que inicialmente receberam o PME eram as que apresentavam menores valores no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) na rede municipal de educação de Petrópolis. De acordo com as diretoras, cada escola era responsável por divulgar e matricular o número de alunos no PME de acordo com as suas possibilidades, considerando as instalações, e toda a infraestrutura necessária para o funcionamento do programa.

Percebemos que estas possibilidades de atendimento aos alunos no PME nas seis escolas eram, em certa medida, reduzidas, em virtude de uma das indicações presente nas orientações do programa não ser executada. Nenhuma das seis escolas pesquisadas conseguiu parceiros no seu entorno para o funcionamento do programa. Todas as atividades de ampliação da jornada escolar eram oferecidas dentro das escolas, em espaços predominantemente inadequados, sem que investimento algum em infraestrutura escolar fosse realizado. As diretoras indicaram a falta de opções para possíveis parcerias visando o funcionamento do PME.

Soares Neto et al. (2013) ao estudar a infraestrutura de escolas brasileiras definem quatro níveis de infraestrutura escolar: elementar; básica; adequada; avançada. Seu estudo conclui que 44% das escolas da educação básica encontram-se no nível elementar, contando somente com água,

¹ O PME está organizado em sete macrocampos que oferecem diferentes atividades/oficinas para as escolas, de acordo com o Manual Operacional de Educação Integral (BRASIL, 2014): 1- acompanhamento pedagógico; 2- comunicação; uso de mídias e cultura digital e tecnológica; 3- cultura, artes e educação patrimonial; 4- educação ambiental, desenvolvimento sustentável e economia solidária e criativa/educação econômica (educação financeira e fiscal); 5- esporte e lazer; 6- educação em direitos humanos; 7- promoção da saúde.

sanitário, energia, esgoto e cozinha. As escolas categorizadas nesse nível não possuem, por exemplo, sala para a direção, equipamentos de TV e DVD, computadores ou impressoras. Apenas 14,9% das escolas brasileiras, presentes no nível adequado de infraestrutura, possuem condições que favorecem o processo de ensino e aprendizagem.

Em pesquisa sobre o PME no município de Maricá, Silva (2013) destaca que a falta de espaços adequados, tanto na escola quanto no seu entorno, dificulta o andamento e a idealização de pensar a cidade como espaço amplo de educação que interaja com a escolarização. O baixo poder econômico, encontrado nas regiões em que estão localizadas as escolas pesquisadas contribui para o reforço da precariedade da gestão desse tipo de programa pelas escolas.

A falta de voluntários interessados ou capacitados para assumirem as atividades de ampliação da jornada escolar foi outro ponto que dificultava a organização e gestão do programa. O baixo valor da ajuda de custo disponibilizada aos voluntários, aproximadamente R\$ 320,00 mensais, não era atrativo, uma vez que os interessados estavam em busca de uma complementação financeira e não encaravam a sua tarefa no programa como um voluntariado.

De acordo com a fala das diretoras, diferente de um programa capaz de oferecer condições de ampliação de oportunidades de formação para os alunos, o PME se mostrava um programa de assistência às famílias. A ampliação da jornada escolar figura como um apoio à logística familiar, em especial aos pais que necessitam cuidados e atenção para os seus filhos após o período letivo, enquanto ainda estão em suas jornadas de trabalho.

De forma positiva, as diretoras atribuíram contentamento com os recursos disponibilizados pelo PME para a compra de materiais destinados ao funcionamento do programa.

Conclusões

Uma das características escolares capaz de impactar em melhorias na eficácia escolar está na direção da escola (SAMMONS, 2008; BARBOSA, 2009). O maior envolvimento junto às comunidades, uma participação mais efetiva nas tarefas acadêmicas e nas avaliações dos alunos, além de um maior apoio aos docentes parece influenciar positivamente o aprendizado dos alunos (BARBOSA, 2009).

No caso do PME, o papel da direção escolar merece destaque em virtude das condicionantes norteadoras do programa. A administração dos recursos, escolha das atividades de ampliação da jornada escolar, parcerias com voluntários e instituições somadas às inúmeras tarefas de administração e gestão de natureza tipicamente escolar, aumentam a carga de trabalho da equipe gestora.

A investigação apontou dificuldades das direções para gerir o PME nas seis escolas pesquisadas. Diante dessas dificuldades, questionamos se os objetivos trilhados pelos formuladores do PME estão sendo alcançados. Ao que tudo indica, o PME vem se mostrando como uma estratégia precária de ampliação da jornada escolar, sem espaços apropriados para o desenvolvimento das atividades, com dificuldades em encontrar voluntários para desempenhar um trabalho pedagógico de qualidade.

Referências

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. *Desigualdade e desempenho: uma introdução à sociologia da escola brasileira*. Belo Horizonte, MG: Argumentum, 2009.

BRASIL. Manual Operacional de Educação Integral. Brasil, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16690&Itemid=1115>. Acesso em: 12 de jan. 2018.

SAMMONS, Pam. As características-chave das escolas eficazes. In: BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco (orgs). *Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SILVA, Bruno Adriano Rodrigues. *Interesses, Dilemas e a Implementação do Programa Mais Educação no município de Maricá (RJ)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

SOARES NETO, Joaquim José et al. Uma escala para medir a infraestrutura escolar. *Est. Aval. Educ.*, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 78-99, jan./abr. 2013.